

RAÇA: UMA POSSIBILIDADE DE ANÁLISE E (RE)CONCILIAÇÃO ENTRE A BIOLOGIA E A SOCIOLOGIA

***RACE: A POSSIBILITY OF ANALYSIS AND (RE) CONCILIATION BETWEEN
BIOLOGY AND SOCIOLOGY***

***RAZA: POSIBILIDAD DE ANÁLISIS Y (RE) CONCILIACIÓN ENTRE
BIOLOGÍA Y SOCIOLOGÍA***

Amanda Leal Castelo Branco

Doutoranda em Cognição e Linguagem (UENF).

Ana Carolina de Oliveira Lyrío

Mestranda em Cognição e Linguagem (UENF).

Daiana Ataíde Miler

Doutoranda em Cognição e Linguagem (UENF).

Shirlena Campos de Souza Amaral

Doutora em Políticas Sociais (UFF) e professora do curso de Cognição e Linguagem da UENF.

RESUMO: O objetivo desse trabalho é discutir o conflito “bio-sociológico” em torno do vocábulo *raça* e apresentar a interlocução entre esses campos disciplinares como solução para essa contenda. Os referenciais teóricos que orientaram a construção do trabalho são Antônio Carlos Gil, autor da obra “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social” e Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, renomado sociólogo brasileiro da Universidade de São Paulo - (USP), que tem se dedicado ao estudo das identidades sociais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico que partiu de material já elaborado. A questão central do texto não é a compreensão de que as duas áreas do conhecimento, Biologia e Sociologia, são epistemologicamente diferentes e produzem metodologias de ensino, pesquisas, métodos e aplicações diferenciadas, que, por sua vez, conduzem à interpretação diferenciada do que venha a ser *raça*. Por fim, apresentamos o paradigma emergente de Boaventura de Souza Santos como caminho para a superação das disputas em torno do vocábulo *raça*.

PALAVRAS-CHAVE: Biologia. Sociologia. *Raça*.

ABSTRACT: The objective of this work is to discuss the “bio-sociological” conflict around the word *race* and to present the interlocution between these disciplinary fields as a solution to this dispute. The theoretical references that guided the construction of the work are Antônio Carlos Gil, author of the book “Methods and Techniques of Social Research” and Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, renowned Brazilian sociologist of the University of São Paulo (USP), who has been dedicated to the study of social identities. Methodologically, this is a qualitative research of bibliographic character that started from material already elaborated. The central issue of the text is not the understanding that the two areas of knowledge, biology and sociology, are epistemologically different and produce different methodologies of teaching, research, methods and applications, which, in turn, lead to the differentiated interpretation of what comes to be a *race*. Finally, we present the emergent paradigm of Boaventura de Souza Santos as a way to overcome disputes around the word “*race*”.

KEYWORDS: Biology. Sociology. Breed.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es discutir el conflicto “bio-sociológico” en torno a la palabra raza y presentar el diálogo entre estos campos disciplinarios como solución a esta disputa. Los referentes teóricos que guiaron la construcción del trabajo son Antônio Carlos Gil, autor de la obra "Métodos y Técnicas de Investigación Social" y Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, reconocido sociólogo brasileño de la Universidad de São Paulo - (USP), quien se ha dedicado al estudio de identidades sociales. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa de carácter bibliográfico que partió de material ya elaborado. El tema central del texto no es la comprensión de que las dos áreas del conocimiento, Biología y Sociología, son epistemológicamente diferentes y producen diferentes metodologías de enseñanza, investigación, métodos y aplicaciones, que, a su vez, conducen a la interpretación diferente de lo que viene ser raza. Finalmente, presentamos el paradigma emergente de Boaventura de Souza Santos como una forma de superar las disputas sobre la palabra raza.

PALABRAS CLAVE: Biología. Sociología. Raza.

Introdução

A terminologia *raça* possui diferentes significados de acordo com as interpretações elaboradas pelas ciências humanas e biológicas. Diante disso, esse artigo tem como objetivo discutir o conflito “biológico-sociológico” em torno do vocábulo *raça* e apresentar a interlocução entre esses campos disciplinares como solução para essa contenda.

Os referenciais teóricos que orientaram a construção do trabalho são Antônio Carlos Gil, autor da obra “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social” e Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, renomado sociólogo brasileiro da Universidade de São Paulo - (USP), que tem se dedicado ao estudo das identidades sociais. Essas referências e os argumentos apresentados no artigo foram suscitados no contexto de uma disciplina cursada no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico partindo de material já elaborado pelos autores respectivamente citados.

Embora ainda não haja uma solução categórica para o problema da definição de ciência, podemos estabelecer, com segurança, uma diferenciação entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento. A ciência pode ser caracterizada como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível. É objetivo na medida em que descreve a realidade independentemente dos caprichos do pesquisador; é racional porque

se vale, sobretudo, da razão; é sistemático, já que se preocupa em construir sistemas de ideias organizadas racionalmente; é geral porque se interessa, sobremaneira, pela elaboração de leis ou normas gerais, que expliquem os fenômenos; é verificável porque sempre possibilita demonstrar a veracidade das informações; por último, é falível porque, reconhece sua própria capacidade de errar (GIL, 2008).

As Ciências podem ser classificadas em duas categorias: formais e empíricas. As primeiras tratam de entidades ideais e de suas relações, sendo a matemática e a lógica formal as principais representantes. As segundas tratam de fatos e de processos. Incluem-se nesta categoria a Física, a Química, a Biologia e a Psicologia. As ciências empíricas, por sua vez, podem ser classificadas em Naturais e Sociais. As Ciências Naturais são a Física, a Química, a Astronomia e a Biologia. As Ciências Sociais são a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a Economia e a História (GIL, 2008). A necessidade dessa classificação se deu em função da multiplicidade de objetos e métodos considerados pela ciência.

Tomando como exemplos a Biologia e a Sociologia, enquanto a primeira ocupa-se de todos os fenômenos naturais relacionados à vida, a segunda dedica-se aos fenômenos sociais. Tendo em vista que os objetos são diferentes, os Métodos de pesquisa também o são. Assim, ao longo da Modernidade (Século XX), essas diferenças colocaram a Biologia e a Sociologia em lados opostos, resultando, na atualidade, um debate acalorado entre biólogos e sociólogos em torno do vocábulo *raça*.

De acordo com Guimarães (2003), a Biologia e a Antropologia Física criaram a ideia de “*raças*” humanas, isto é, o conceito de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal. Tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais e de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. Isso foi considerado ciência por um longo período. Hoje, sabemos que o que os sociólogos chamam de racismo não existiria sem esse pensamento inicial que dividiu os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Após a Segunda Guerra Mundial biólogos, sociólogos e antropólogos iniciaram a busca pelo sepultamento da ideia de raça, desautorizando o seu uso como categoria

científica. Atualmente, a Biologia já “bateu o martelo” quanto à inexistência de raças humanas.

Fazendo uma análise sociológica dos significados da “raça” dos anos 1930 para cá, Guimarães (2003) cita o trabalho de Donald Pierson, nos anos 1940; os estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), nos anos 1950; os trabalhos da chamada “escola paulista” nos anos 1960; e a teoria da “democracia racial” para explicitar que, do ponto de vista sociológico, *raça* é uma construção social que precisa ser evidenciada e denunciada afim de se construir uma sociedade mais justa e igualitária, que reconheça a histórica negação afro-brasileiro de bens essenciais como: saúde, educação, moradia e trabalho.

Nessa “disputa” em torno da prevalência de pensamentos até mesmo os órgãos de imprensa já exerceram seu papel de formadores de opiniões. Um exemplo é a repercussão que foi dada ao crânio de Luzia, tida como um dos mais antigos remanescentes ósseos humanos das Américas, com aproximadamente 11.500 anos. No artigo intitulado “A cor dos ossos: narrativas científicas e apropriações culturais sobre “Luzia”, um crânio pré-histórico do Brasil”, Neto e Santos (2009) afirmam que numa tentativa de aproximação com o público leigo, os jornalistas concederam à Luzia uma importância alhures ao seu papel central dentro de um debate científico específico, enxergando na reconstituição facial do crânio a materialização concomitante de uma biografia e de uma história étnico-nacional. Materialização biográfica porque, uma vez reconstituída a sua face, Luzia passou da condição de “puro osso” para a de um indivíduo detentor de uma história étnico-cultural. Alguns autores consideram que toda essa narrativa em torno de “Luzia” estava imbricada nos debates sobre a nossa identidade nacional enquanto marcada por um alto coeficiente de miscigenação racial, étnica e cultural.

A produção do conhecimento nas Ciências Naturais e nas Ciências Sociais

A Biologia é a área da ciência que estuda a vida em todas as suas formas e dimensões. Como ciência, é produzida num determinado tempo e espaço, e subordinada a um método. Para Lakatos & Marconi (1991), método é

o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança, e economia, permite alcançar os conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. Nessa perspectiva, o Método Científico, “é um instrumento utilizado pela ciência na sondagem da realidade, um instrumento formado por um conjunto de procedimentos, mediante os quais os problemas científicos são formulados e as hipóteses científicas são examinadas” (GALLIANO, 1986, p.32).

De acordo com Gil (2008), os métodos podem ser classificados em dois grandes grupos: os que proporcionam as bases lógicas da investigação científica; e os que esclarecem acerca dos procedimentos técnicos que poderão ser utilizados. Enquadrado na primeira classificação, o Método Dedutivo encontra larga aplicação em ciências como a Física e a Matemática, cujos princípios podem ser enunciados como leis. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.

Nas Ciências Naturais, o Método Indutivo foi o mais utilizado durante um longo período da história da humanidade. A técnica de raciocínio da indução já existia desde Sócrates e Platão, mas foi Francis Bacon, o sistematizador do Método Indutivo (LAKATOS e MARCONI, 2000). O raciocínio indutivo influenciou e ainda influencia o pensamento científico. De acordo com Gil (2008):

O método indutivo (...) parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade. Nesse método, parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir na relação verificada entre os fatos ou fenômenos. As conclusões obtidas por meio da indução correspondem a uma verdade não contida nas premissas consideradas, diferentemente do que ocorre com a dedução. Assim, se por meio da dedução chega-se a conclusões verdadeiras, já que baseadas em premissas igualmente verdadeiras, por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis (GIL, 2008, p.30).

Chalmers (1993), fala do indutivismo ingênuo sintetizando-o da seguinte forma: a ciência começa com observação, a observação fornece uma base

segura sobre a qual o conhecimento científico pode ser construído, e o conhecimento científico é obtido a partir de proposições de observação por indução.

Outro método amplamente utilizado nas Ciências naturais é o Hipotético-Dedutivo, quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldade expressa no problema, são formuladas as hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas. Quando não se consegue demonstrar qualquer caso concreto capaz de falsear a hipótese, tem-se a sua corroboração, a qual não ultrapassa o nível do provisório. Assim, a hipótese mostra-se válida, pois superou todos os testes, mas não definitivamente confirmada, já que a qualquer momento poderá surgir um fato que a invalide (GIL, 2008). Sendo assim:

No método hipotético-dedutivo, de acordo com o cientista, através de uma combinação de observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica, alcança um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais está interessado, daí deduz ele as consequências por meio de experimentação e, dessa maneira, refuta os postulados, substituindo-os, quando necessário, por outros (KAPLAN 1972, p. 12 *apud* GIL, 2008, p. 31).

No que diz respeito à classificação quanto aos procedimentos técnicos que poderão ser utilizados, o Método Experimental é parece de excelência na área da Biologia pois:

O método experimental consiste essencialmente em submeter os objetos de estudo à influência de certas variáveis, em condições controladas e conhecidas pelo investigador, para observar os resultados que a variável produz no objeto. Não constitui exagero afirmar que boa parte dos conhecimentos obtidos nos últimos três séculos se deve ao emprego do método experimental, que pode ser considerado como o método por excelência das Ciências Naturais (GIL, 2008, p.25).

Embora o Método Indutivo tenha contribuído significativamente para a construção do conhecimento, Chlamers (1993), lança dúvida sobre a validade e justificabilidade do princípio de indução. Segundo o autor o argumento proposto para justificar a indução é circular porque emprega o próprio tipo de argumento indutivo cuja validade está supostamente precisando de justificação.

Ao contrário do apontamento explícito que faz sobre a predominância da utilização dos Métodos Indutivo, Hipotético-Dedutivo e Experimental nas

Ciências Naturais, Gil (2008) não aponta com clareza o Método utilizado nas Ciências Sociais, todavia, apresenta os Métodos Dialético e Fenomenológico como “anti-positivistas”.

A concepção moderna de Dialética surgiu com o filósofo Hegel, que partindo das ideias de Kant sobre a capacidade de intervenção do homem na realidade e as reflexões acerca do sujeito ativo, elaborou a dialética como método e preconizou o princípio da contradição, da totalidade e da historicidade (NOVELLI; PIRES, 1996). No que tange à dialética, Gil (2008, p.32) assevera que:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos (GIL, 2008, p.32).

Essa concepção de dialética foi criticada por Karl Marx e Friedrich Engels, os-quaes apresentaram as bases materialistas, admitindo a hegemonia da matéria em relação às ideias, consagrando. É o chamado materialismo histórico-dialético ou dialética marxista. O materialismo dialético, amplamente utilizado nas pesquisas educacionais, pode ser entendido com um procedimento de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios:

a) *A unidade dos opostos.* Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.

b) *Quantidade e qualidade.* Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos.

c) *Negação da negação.* A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento não a um retorno ao que era antes (GIL, 2008, p.32).

O Método fenomenológico, apresentado por Edmund Husserl propõe-se a estabelecer uma base segura, liberta de proposições, para todas

as ciências. Para Husserl, as certezas positivas que permeiam o discurso das ciências empíricas são "ingênuas". A primeira e fundamental regra do método fenomenológico é "avançar para as próprias coisas". Por coisa entende-se simplesmente o dado, o fenômeno, aquilo que é visto diante da consciência. A fenomenologia só visa o dado, sem querer decidir se este dado é uma realidade ou uma aparência. Do ponto de vista fenomenológico, a realidade é entendida como o que emerge da intencionalidade, da consciência voltada para o fenômeno (GIL, 2008).

No que se refere aos Métodos que indicam os meios técnicos de investigação, as Ciências Sociais amparam-se, sobretudo, no Método Observacional que se difere do experimental em apenas um aspecto: nos experimentos o cientista toma providências para que alguma coisa ocorra, com o objetivo de observar o acontecimento que se segue. No estudo por observação, o cientista apenas observa algo que acontece ou já aconteceu. Há investigações em ciências sociais que se valem exclusivamente do método observacional. Outras o utilizam em conjunto com outros métodos. "E pode-se afirmar com muita segurança que qualquer investigação em ciências sociais deve valer-se, em mais de um momento, de procedimentos observacionais" (GIL, 2008, p.35).

O Método Comparativo também é largamente utilizado nas Ciências Sociais.

O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo. Assim é que podem ser realizados estudos comparando diferentes culturas ou sistemas políticos. Podem também ser efetivadas pesquisas envolvendo padrões de comportamento familiar ou religioso de épocas diferentes. (...) os trabalhos de Piaget, no campo do desenvolvimento intelectual da criança, constituem importantes exemplos da utilização do método comparativo (GIL, 2008, p.36).

O Método Estatístico também tem sua importância para as Ciências Sociais. Este método fundamenta-se na aplicação da teoria estatística e da probabilidade. Porém, as explicações obtidas mediante a utilização do método estatístico não podem ser consideradas absolutamente verdadeiras, mas dotadas de boa probabilidade de serem verdadeiras. O método estatístico

caracteriza-se por razoável grau de precisão, o que o torna bastante aceito por parte dos pesquisadores com preocupações de ordem quantitativa. Os procedimentos estatísticos fornecem reforço e credibilidade às conclusões obtidas, sobretudo mediante a experimentação e a observação (GIL, 2008).

Há ainda o Método Clínico, que se apoia numa relação profunda entre o pesquisador e o pesquisado e é amplamente utilizado nas pesquisas psicológicas. Os trabalhos desenvolvidos por Freud são um exemplo da aplicação desse método e também da sua relevância para esse tipo de pesquisa. Por último, o Método Monográfico também é utilizado nas Ciências Sociais e parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades, entre outros (GIL, 2008).

Assim, averiguamos que o conhecimento produzido, via pesquisa científica, emerge de forma diferente na Biologia e na Sociologia, pois—os Métodos Científicos utilizados são diferentes. A partir dessa conclusão nos perguntamos: ao se referirem aos seres humanos, como cada uma dessas ciências compreende o vocábulo *raça*?

O conceito de *raça* humana do ponto de vista biológico e sociológico

Do ponto de vista das pesquisas biológicas ou genéticas não existem “raças” humanas. Tal afirmação pode ser fundamentada a partir de três linhas separadas de pesquisa molecular. A primeira é a observação de que a espécie humana é muito jovem e seus padrões migratórios são demasiadamente amplos para permitir uma diferenciação e conseqüentemente separação em diferentes grupos biológicos que pudessem ser chamados de “raças”. A segunda é o fato de que as chamadas “raças” compartilham a vasta maioria das suas variantes genéticas. A terceira é a constatação de que apenas 5- 10% da variação genômica humana ocorre entre as “raças” putativas (PENA e BIRCHAL, 2006).

Ainda de acordo com Santos *et al.* (2010, p.122), “raça” é um termo não científico que somente pode ter significado biológico quando o ser se apresenta homogêneo, estritamente puro, como em algumas espécies de animais

domésticos. Essas condições, no entanto, nunca são encontradas em seres humanos. O genoma humano é composto de 25 mil genes. As diferenças mais aparentes, fenotípicas, como cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz são determinadas por um grupo insignificante de genes. As diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano.

No artigo intitulado “Razões para banir o conceito de raça da Medicina” Pena (2005) reitera que no campo da Biologia, “raça” não existe e o conclui citando Feldman (2003, p.) alertando que “confundir cor e ancestralidade pode ser potencialmente devastador para a prática da medicina”. Para os autores, isso é ainda mais crítico no Brasil, onde já se demonstrou cientificamente que a correlação individual entre cor e ancestralidade é praticamente inexistente. O autor acrescenta:

O conceito de raça é carregado de ideologia e sempre traz consigo algo não explicitado: a relação de poder e dominação (Munanga, 2004). Assim, o conceito social de raça é ‘tóxico’, como nos ensina o sociólogo Paul Gilroy (2000), ‘contamina’ a sociedade e tem sido usado para oprimir e fomentar injustiças, mesmo dentro do contexto médico. As raças existem porque estão dentro das cabeças das pessoas, não estão dentro da cabeça das pessoas porque existem (Kaufman, 1999). Como disse Munanga (2004), é a partir dessas raças fictícias ou ‘raças sociais’ que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (Munanga, 2004). Assim, na nossa opinião, a medicina brasileira teria muito a ganhar, e pouco ou nada a perder, banindo de seus cânones o conceito de ‘raça’ (PENA, 2005, p. 322).

Do ponto de vista das pesquisas sociológicas, conforme Souza e Lucena (2005), vários autores têm discutido o termo *raça*. Para Cardoso (1977), o conceito de *raça* está intimamente ligado à cor que é um elemento importante para a organização da sociedade brasileira e para a naturalização das desigualdades sociais.

Para Freyre (1981), a *raça* está ligada às diferenças do tipo físico, de configuração de cultura e, principalmente, de status. É a partir do pensamento social de Freyre sobre o processo de constituição da sociedade brasileira que foi difundida a ideia de “democracia racial”, posteriormente chamada de mito da democracia racial.

No entendimento de Ianni (1978, p.51), a *raça* refere-se às “diferenças raciais, socialmente elaboradas, engendradas ou codificadas que são continuamente recriadas e reproduzidas, preservando, alterando, reduzindo, ou

mesmo, acentuando os característicos físicos, fenotípicos, psicológicos ou culturais que distinguiriam o branco do negro”. Ser negro ou ser branco é uma construção social que foi utilizada para justificar a dominação e exploração, através do trabalho escravo, sobretudo das/os africanas/os (LUCENA e SOUZA, 2005).

No entendimento de Lucena (2004), *raça* tem sua origem na sociedade de classes e seu uso foi utilizado para legitimar o poder sobre aqueles/as objetos de sua dominação. Para Souza e Lucena (2005), o termo *raça* é utilizado para explicar a condição social da população afro-brasileira e na explicação da condição de dominação e de exploração de uma fração da classe trabalhadora.

Nas Ciências Sociais, há uma distinção entre dois conceitos: os analíticos e os nativos que pressupõe categorias analíticas ou nativas. Um conceito analítico é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Um conceito nativo, ao contrário, é trabalhado como uma categoria que tem sentido no mundo prático, que possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano. A palavra “raça” tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela Biologia genética, apresentado anteriormente e outro pela Sociologia (GUIMARÃES, 2003).

Se para a Biologia a *raça* humana é inexistente, para a Sociologia é um conceito sociológico analítico. É uma categoria científica analítica. Assim, do ponto de vista sociológico, na Modernidade, *raças* são uma construção social, ou seja, foi elaborado pela sociedade a partir das práticas individuais e coletivas. Tal categoria deve ser estudada por um ramo próprio da Sociologia ou das Ciências Sociais, que trata das identidades sociais.

Se estamos, portanto, no campo da cultura, e da cultura simbólica, é possível dizer que as raças são efeitos de discursos; fazem parte desses discursos sobre origem de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, entre outras” (GUIMARÃES, 2003, p. 96).

Ora, os pesquisadores esclarecem que ao falar de “raças”, o sociólogo o faz respaldado pelo “lugar de onde fala”, a Sociologia, uma Ciência Social. De forma alguma, esse lugar se confunde com o do biólogo, um cientista natural.

Ao longo da história do Brasil a *raça* foi interpretada de muitas formas pelos sociólogos, inclusive sob a perspectiva da “democracia racial”, um conceito apresentado pelo sociólogo Gilberto Freyre na sua obra *Casa-grande e Senzala*, de 1933, que analisa o Brasil como um país livre da discriminação racial. Foi a partir de 1978, com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) que a “democracia racial” foi golpeada. Esse golpe ocorreu graças a reintrodução da ideia de “raça” como meio de reivindicar a origem africana para identificar os negros. Para o MNU, um negro, para ser cidadão, precisa, antes de tudo, reinventar sua *raça*.

Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (DOMINGUES, 2007, p. 102)

Na sociologia, no campo científico, Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle e Silva (1980) analisaram os dados agregados, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,) e demonstraram que as desigualdades econômicas e sociais entre aqueles que se definem como brancos e como pretos e pardos (negros, na definição do ativismo negro), não podem ser explicadas nem pela herança do passado escravagista e nem pela pertença de negros e brancos a classes sociais distintas, mas que tais desigualdades resultam de diferenças de oportunidades de vida e de formas de tratamento peculiares a esses grupos raciais. (GUIMARÃES, 2003). Assim, nos dizeres de Quinjano (2005), paulatinamente, a categoria *raça* foi se tornando, um instrumento de poder econômico, político, cultural, epistemológico e até pedagógico. Nessa direção, a

[...] *raça* é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza com (HALL, 2003, p. 69).

Ao resignificar e politizar a *raça* o MNU desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos.

Esse movimento retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a *raça* como construção social, como uma construção do imaginário social que, nos dizeres de Fleury (2006), potencializa a “discriminação racial, ou racismo, sustentando que existem *raças* distintas e que certas *raças* são inferiores, intelectualmente e tecnicamente, culminando no tratamento desfavorável destinado a uma pessoa ou ao grupo étnico que esta representa.

O conceito de “Raça” para a Biologia e o conceito de “raça” para as Ciências Sociais: uma questão epistemológica

Diante do exposto, apontamos uma questão epistemológica entre a Biologia e a Sociologia, no que tange às discussões em torno do vocábulo *raça*. De acordo com Tesser (1995), epistemologia é a Ciência da Ciência, é Filosofia da Ciência. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos diversos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento. Para o autor, epistemologia é o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento e de seus produtos intelectuais. A epistemologia é o estudo do conhecimento.

Apresentamos na primeira seção desse artigo os métodos de pesquisa utilizados na Biologia e na Sociologia, e verificamos que estas áreas do conhecimento, epistemologicamente, são diferentes. Elas produzem conhecimento por caminhos metodológicos diferentes, pois há uma separação explícita entre elas a primeira é uma Ciência Natural e a segunda uma Ciência Social. Esses percursos diferentes levam a Biologia a afirmar que *raça* não existe e a Sociologia a tratá-la como uma construção social. Nesse sentido, defendemos que nessa “disputa” não há certo ou errado, há na verdade, uma tensão metodológica entre a Biologia e a Sociologia que se reflete nas discussões em torno da *raça*.

De acordo com Gil (2008), durante muito tempo, as ciências trataram exclusivamente do estudo dos fatos e dos fenômenos da natureza. A partir do século XIX, período profundamente marcado por inovações tanto no campo tecnológico quanto político, passou-se a buscar conhecimentos acerca do

homem e da sociedade. Esses conhecimentos deveriam ser tão confiáveis quanto os proporcionados pelas Ciências da Natureza.

Dessa forma nascia as Ciências Sociais, construídas sob as bases do positivismo. “As Ciências Sociais, fundamentadas na perspectiva positivista, supõem que os fatos humanos são semelhantes aos da natureza, observados sem ideias preconcebidas, submetidos à experimentação, expressos em termos quantitativos e explicados segundo leis gerais” (GIL, 2008, p. 23). As principais características do positivismo são: o conhecimento científico, tanto da natureza quanto da sociedade, é objetivo, não podendo ser influenciado de forma alguma pelo pesquisador; o conhecimento científico repousa na experimentação; o conhecimento científico é quantitativo; o conhecimento científico supõe a existência de leis que determinam a ocorrência dos fatos.

Rapidamente o positivismo passou a ser questionado quanto às suas concepções do saber para as Ciências Sociais. Foram apontadas limitações para o estudo do homem e da sociedade quanto à objetividade, à quantificação, à experimentação e à generalização (GIL, 2008). Os pesquisadores Lopes e Macedo (1999) acrescentam que, a partir de então, se estabeleceu uma relação controvertida das Ciências Sociais com as Ciências Naturais que constituem uma das polêmicas mais presentes na análise epistemológica das primeiras. No século XX, sob a hegemonia do positivismo foi defendido que as ciências sociais deveriam seguir os padrões de objetividade com base nos princípios de racionalidade e da empiria, típicos das Ciências Naturais. A justificativa para esse argumento fundamentou-se na ideia de que as Ciências Naturais é o modelo válido de ciência e a prevalência da ideia de uma ciência unitária, segundo a qual existe um único conceito de ciência, assim, todos os discursos e práticas sociais que possuam a pretensão de se constituírem como Ciências devem se orientar pelos preceitos das Ciências Naturais. Assim, se consolidou uma preponderância das Ciências Naturais sobre as Ciências Sociais.

Essa controvérsia se deve também às peculiaridades das Ciências Sociais em relação às Ciências Naturais e contribuem igualmente para a questão epistemológica entre as áreas. De acordo com GIL (2008), os objetos das ciências humanas e sociais são muito diferentes dos das Ciências Físicas

e Biológicas. A primeira distinção que o autor destaca é quanto à objetividade, que se torna um problema ao se tentar adotar nas ciências sociais, procedimentos semelhantes aos das ciências naturais, plenamente consoantes com a doutrina positivista.

Frente aos fatos sociais, o pesquisador não é capaz de ser absolutamente objetivo. Ele tem suas preferências, inclinações, interesses particulares, caprichos, preconceitos, interessa-se por eles e os avalia com base num sistema de valores pessoais. Diferentemente do pesquisador que atua no mundo das coisas físicas – que não se encontra naturalmente envolvido com o objeto de seu estudo –, o cientista social, ao tratar de fatos como criminalidade, discriminação social ou evasão escolar, está tratando de uma realidade que pode não lhe ser estranha. Seus valores e suas crenças pessoais o informam previamente acerca do fenômeno, indicando se é bom ou mau, justo ou injusto. E é com base nessas pré-concepções que irá abordar o objeto de seu estudo. É pouco provável, portanto, que ele seja capaz de tratá-lo com absoluta neutralidade. Na verdade, nas ciências sociais, o pesquisador é mais do que um observador objetivo: é um ator envolvido no fenômeno. (...) é preciso admitir que o princípio da objetividade, tão caro ao Positivismo, aplica-se precariamente às ciências sociais. Por essa razão é que nas ciências sociais a discussão acerca da relação sujeito-objeto é relevante (GIL, 2008, p. 24).

A partir disso, surge a segunda peculiaridade, a quantificação. Dada a relação sujeito-objeto estabelecida nas Ciências Sociais, pressupusesse a existência de diferentes quadros de referência para análise e interpretação dos dados (GIL, 2008). Em relação à experimentação, largamente utilizada nas Ciências Naturais, o autor considera necessário indagar se de fato o experimento controlado é realmente indispensável para a obtenção de resultados cientificamente aceitáveis, sem, contudo, deixar de admitir que a experimentação representa uma das mais notáveis contribuições ao desenvolvimento da ciência. Por último, Gil (2008) apresenta a generalização como um problema para as Ciências Sociais. “Se as pesquisas nas ciências naturais com frequência conduzem ao estabelecimento de leis, nas ciências sociais não conduzem mais do que à identificação de tendências” (GIL, 2008, p. 25).

Nesse contexto, Boaventura de Souza Santos, no livro “Um discurso sobre as ciências”, afirma que o estágio atual é de manifestação de um novo paradigma, chamado pelo autor de paradigma emergente. Neste paradigma a distinção dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais começa a perder o sentido e a utilidade. O paradigma emergente é um novo

modelo de ciência proposto a partir da relação entre Ciências naturais e Ciências Sociais e representa a possibilidade de ruptura com o modelo totalitário das ciências naturais, consolidado com o positivismo, ao longo do Século XX. A primeira proposta do “paradigma emergente” é que “não há natureza humana porque toda a natureza é humana” (SANTOS, 2008, p. 44). Historicamente, o percurso de uma investigação científica se repete nas Ciências Naturais e nas Ciências Sociais, começa-se sempre por, buscando o conhecimento do mundo.

A segunda proposta do “paradigma emergente” diz que todo o conhecimento é local e total. Para o autor, não basta que o conhecimento seja adquirido de forma local, isto é, que sejam desenvolvidas análises, descrições e estudos sobre um único objeto ou em um único campo disciplinar, é necessário que haja uma associação sobre as possibilidades gerais de condições a serem “injetadas” naquele estudo. Esse compartilhamento revela-se pelas vias da transdisciplinaridade e da interdisciplinaridade (FERREIRA, 2017).

Ao concluírem o artigo intitulado “Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia”, Minayo *et. all* (2003) compartilham desse entendimento. Os autores firmam que, no Brasil e na América Latina, há dificuldades e potencialidades na articulação disciplinar da epidemiologia com as Ciências Sociais e vice-versa. Os entraves para a essa aproximação são de ordem conceitual, metodológica, histórica e cultural e até emocional. Os autores acrescentam que as barreiras não são apenas racionais, mas também se referem à segurança que a visão disciplinar oferece ao pesquisador, pois, para se criar a interdisciplinaridade é preciso ter segurança em ambas as áreas.

A terceira proposta do novo “paradigma que emergente” é a de que todo o conhecimento é autoconhecimento. Na ciência moderna, principalmente no campo das Ciências Naturais, foi feita uma separação entre o sujeito de investigação e objeto de investigação. O sujeito que investiga não se confundiria com o objeto que estaria por ser estudado. Assim, toda a subjetividade da natureza humana que pudesse interferir nos resultados da pesquisa era afastada. Contudo, o afastamento do sujeito torna-se contraditório

ou inconcebível a partir do momento em que a mecânica quântica demonstra que o ato do conhecimento e o seu produto eram inseparáveis.

A quarta e última proposta do modelo de “paradigma emergente” é que todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum. A ciência moderna consagrou um conhecimento objetivo, rigoroso e baseado em fatos que rejeitava a interferência dos valores humanos ou religiosos, ou seja, considerava o senso comum como sendo “superficial, ilusório e falso”. A ciência pós-moderna, tenta resgatar o valor e a importância do senso comum, objetivando, misturar a relação das pessoas com o mundo, pois como aponta o autor: “senso comum faz coincidir causa e intenção”; “é prático e pragmático”; “é transparente e evidente”; “é indisciplinar e metódico”; “é retórico e metafórico; não ensina, persuade” (SANTOS, 2008, p. 56).

Na perspectiva do autor, o senso comum permitirá que as diversas formas de conhecimento interajam entre si, orientando as ações do ser humano e dando sentido à vida, ou melhor, “o saber viver”, ao ponto em que coincidem causa e intenção. É neste sentido que Boaventura sustenta que: “a ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida” (SANTOS, 2008, p.57).

Conforme explicitado, em termos de produção da ciência, a tendência atual é de superação da oposição epistemológica entre Ciências Naturais e Ciências Sociais. Ora, se as controvérsias e “disputas” em torno do conceito de *raça* encenados pela Biologia e pela Sociologia são fruto de uma questão epistemológica, frente ao “paradigma emergente” essa questão deve ser superada. Para os defensores da inexistência da “raça humana”, a exemplo de Pena (2005) e outros, a utilização desse vocábulo é prejudicial para a Medicina, e inclusive, reforça os preconceitos contra a população afro-brasileira. Quando o MNU e a Sociologia reivindicam a existência da “raça” como uma construção social, o intuito é reafirmar a identidade afro-brasileira para, assim, superar os preconceitos e desigualdades sociais das quais são vítimas. Nesse sentido, não vemos motivos para controvérsias, entendemos que o argumento biológico de inexistência de *raças* humanas é um reforço para

a Sociologia e para o MNU na luta dos negros contra os preconceitos e as discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Se biologicamente, somos todos iguais, porque existem segregações baseadas na cor dos indivíduos? Compreendemos que a aproximação entre as Ciências poderá impulsionar a luta por uma sociedade brasileira mais justa e igualitária.

Considerações Finais

O objetivo do presente trabalho foi discutir o conflito “bio-sociológico” em torno do conceito de *raça*, apresentando a interlocução entre esses campos disciplinares como solução para esse embate. O conceito de *raça* não é inerte no tempo e reflete diferentes perspectivas e ideias no decurso dos anos. Evidenciamos por meio dos métodos díspar, apresentados ao longo do trabalho, que existe uma questão epistemológica entre a Biologia e a Sociologia.

A utilização do termo *raça* para a sociologia denota um passado do qual um grupo era classificado, um contexto historicamente marcado por lutas e resistências, da qual esse grupo é inferiorizado até os dias atuais pela dominação de um grupo sobre o outro. Na perspectiva da Biologia, *raça* não existe, não obstante, a questão central do texto não é a abordagem do vocábulo “*raça*” para as duas ciências e sim a compreensão de que as duas áreas de conhecimentos são epistemologicamente diferentes e produzem metodologias de ensino, pesquisas, métodos e aplicações diferenciadas, que conduzem a caracterização e criação de conceitos distintos para ambas as ciências, profissionais e estudantes dessas áreas de conhecimentos específicos. No entanto, o paradigma emergente que possibilita a aproximação entre a Biologia e a Sociologia pode ser uma solução para a questão epistemológica entre as áreas e, por conseguinte, para as “disputas em torno do vocábulo *raça*”.

Referências

- Chalmers, A.F. (1993). O que é Ciência, afinal? São Paulo: **Brasiliense**.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- FELDMAN, M. W.; **Race: a genetic melting-pot**. Lewontin, R. C.; Nature, v. 424, p. 374. King, M. C. 2003.
- FLEURY, R.M. **Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 495-520, maio/ago. 2006.
- FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 6ª edição. Rio de Janeiro: J. Olympio, Recife, 1981.
- GALLIANO, A. G. O. **Método científico: teoria e prática**. São Paulo: Habra, 1979.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GILROY, P. **Against Race – Imagining Political Culture Beyond the Color Line**. 2000 Cambridge: Harvard University Press. 406.
- GUIMARÃES, A.S.A. **Como trabalhar com "raça" em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003
- HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- KAPLAN, A. **A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo: Herder, 1972.
- KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOPES, A. R. C; MACEDO, E. F. **Das Ciências naturais às ciências sociais: O currículo segundo William Doll**. Educação e Realidade, jul/-dez.1999.

LUCENA, M. D. F. G. **Gênero e Raça na Atenção à Saúde**. In: Seminário Internacional Políticas de Saúde e Gênero: o Programa Saúde da Família em Discussão. Recife: Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de Recife, 2004 (no prelo).

LUCENA, M. F. G.; SOUZA, S. M. **O Conceito de Raça na Sociologia Contemporânea**. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte - MG. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.

MINAYO, M.C.D.S.; ASSIS, S. G. D. DESLANDES, S.F.; SOUZA, E.R. D. **Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia**. Ciência e Saúde coletiva, 8 (1), 97-107, 2003.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: BRANDÃO, A. A. P. (org.) Cadernos Penesb. n.5. Niterói: Ed. UFF. p. 15-34, 2004.

NETO, V.V.G.; SANTOS, R.V. **A cor dos ossos: narrativas científicas e apropriações culturais sobre "Luzia", um crânio pré-histórico do Brasil**. MANA 15(2): 449-480, 2009.

NOVELLI, P. G. A., PIRES, M.F.C. **A dialética na sala de aula**. Botucatu: UNESP, 1996. (Mimeo.)

PENA, S, J, D; BIRCHAL, T. S. **A inexistência biológica versus a existência social de raças**. REVISTA USP, São Paulo, n.68, , dezembro/fevereiro, p. 10-21 2005-2006.

PENA, S. D. J.: **Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 321-46, maio-ago. 2005.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

SANTOS, J. S.S.; PALOMARES, N.B.; NORMANDO, D.; QUINTÃO, C.C. A. **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar**. Dental Press J Orthod 2010 May-June;15(3):121-4

SANTOS, B. D. S. **Um discurso sobre as ciências / Boaventura de Sousa Santos**. — 5. ed. - São Paulo : Cortez, 2008.

SILVA, N. D. V. **O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil.** Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p21-44, 1980.

TESSER, J. G. **Principais linhas epistemológicas contemporâneas.** Educ. rev. N. 10 Curitiba Jan./Dec. 19.